Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)

deniserothenburg.df@dabr.com.br

O que vem por aí

Com a corrida para aprovar o Orçamento de 2025, os deputados querem a liberação das emendas inscritas este ano para poder votar a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil. O dinheiro é considerado fundamental para garantir as entregas pré-eleitorais nos estados e municípios.

Por falar em emendas...

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), tratou de tirar o Poder Executivo do imbróglio das emendas entre o Supremo Tribunal Federal e o Poder Legislativo. "O governo não tem participação nenhuma nisso. A única participação do governo é buscar o entendimento em relação a esse tema (transparência das emendas). Teve uma compreensão do Congresso e ela está nos termos da resolução. Houve uma nova provocação ao Supremo. Vamos aguardar se terá ou não a manifestação do STF", disse.

... é bom ficar de olho

Randolfe não disse, mas muita gente no Parlamento acha que o ministro Flávio Dino não atende mais aos pedidos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E, no Centrão, uma das regras de ouro é: "Quem indica cobra e deve ser atendido". Se as emendas não forem liberadas, a ira dos congressistas vai respingar no governo. Para o curto prazo, eles querem, pelo menos, R\$ 6 bilhões.

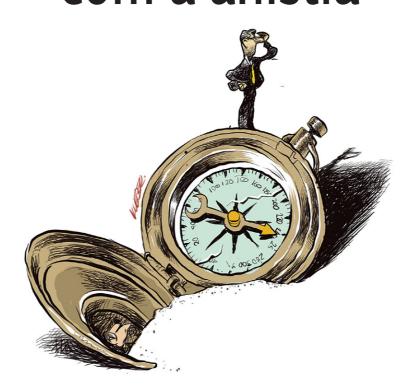
Uma frente ativa

O presidente da Frente Parlamentar Evangélica, Gilberto Nascimento (PSD-SP), quer ir muito além das pautas conservadoras de sempre — como leis antiaborto e antidrogas. A frente vai entrar na economia e em outros temas. A diretoria do colegiado foi nomeada com um olhar para a igualdade de gênero, com 10 mulheres e 10 homens — entre eles apoiadores de Otoni de Paula (MDB-RJ), que perdeu a eleição para o comando da frente.

Vai virar leilão

O deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES) pretende ampliar o valor de isenção do Imposto de Renda. Para ele, "o governo ainda demorou para apresentar" a proposta ao Congresso. Tem deputado falando em isenção para quem recebe até R\$ 10 mil.

O enrosco da direita com a anistia



As rodas de conversas mais fechadas nos partidos de centro começam a colocar alguns pontos que podem prejudicar os planos dos bolsonaristas, seja pelo projeto da anistia, seja na defesa de um candidato que venha com o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro. Primeiro, a insistência no projeto de anistia aos enroscados no quebra-quebra de 8 de janeiro de 2023. A proposta não é consenso no Parlamento e, por isso, não será votado tão cedo. A preços de hoje, se for a voto, corre o risco de ser derrotada. Há o receio de que uma anistia ampla termine tirando votos de seus apoiadores no futuro. Internamente, há quem defenda que a Justiça está fazendo o seu papel, de avaliar caso a caso, para separar quem serviu de massa de manobra dos verdadeiros invasores.

É esse receio do líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), que tem acenado com a aceitação de uma comissão especial para avaliar o tema. Pelo menos, garante o discurso de que o assunto está em análise no Parlamento. O problema é que, conforme reza a lenda no Congresso, quando não se quer resolver o problema, cria-se uma comissão. Mas é o que Sóstenes e Bolsonaro têm para hoje.

CURTIDAS

Chamou para o ringue.../ A citação do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos, foto), pelo ministro da Fazenda,



Fernando
Haddad, no programa *Bom dia, ministro*,
foi vista como um sinal de que o PT fará
o enfrentamento com ele na briga pelo
governo de São Paulo. E Haddad ainda
é um dos nomes fortes para o posto,
caso Geraldo Alckmin (PSB) não queira
disputar o governo paulista.

...e se apresentou/ Haddad acusou o governador de "fazer a lição de casa às custas do governo federal", uma vez que muitos produtos não têm isenção de ICMS. Apesar dos problemas que o Brasil enfrenta no quesito inflação de alimentos, Haddad é considerado um dos grandes ativos do PT para voos mais altos num futuro próximo.

Se a carapuça servir, vista/ A fala do relator do Orçamento de 2025, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), deixou muitos curiosos para saber quem deveria entender o "recado". Em seu discurso na votação do Orçamento, na Comissão Mista de Orçamento, disse: "Quem for escutar, escute. Ninguém é obrigado a dar a palavra. Mas se der, deve ser cumprida, pois o mundo é redondo. Não sei para quem vai, mas alguém vai entender", disse.

Quer rapidez.../ ... Marque votação em dia de jogo no Mané Garrincha. Muitos deputados economizaram nos discursos, inclusive o relator do Orçamento, ansioso com a partida: "Perdão a expressão, mas, hoje, tem Brasil e Colômbia e o texto precisa estar no plenário do Congresso o mais rápido possível", disse, sorrindo.

PODER Corte anuncia plano de proteção ao prédio e adjacências nos dois dias de julgamento da denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e sete aliados por tentativa de golpe de Estado. Ministros Moraes, Dino e Zanin estão aptos a participar das sessões

Segurança reforçada no Supremo

» LUANA PATRIOLINO

Supremo Tribunal Federal (STF) vai reforçar a segurança no prédio e adjacências para os dias do julgamento da denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e sete aliados por tentativa de golpe de Estado.

Na terça e na quarta-feira, o policiamento será reforçado para garantir a realização da análise, sem interferências externas. A decisão foi tomada com base em avaliações de risco, ante a importância do caso.

A Secretaria de Polícia Judicial será a responsável por coordenar as medidas preventivas para garantir a segurança de magistrados, servidores, advogados, jornalistas e demais presentes no tribunal. O plano também conta com o apoio da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) e de outros órgãos parceiros.

Entre as principais medidas de segurança informadas pela Corte, estão: maior controle de acesso ao prédio e áreas restritas; monitoramento contínuo do ambiente, com câmeras e inteligência policial; policiamento reforçado, com aumento do efetivo dentro e fora do STF; e equipes de pronta resposta, para eventuais emergências.

O STF marcou o julgamento de três dos quatro núcleos denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR). O primeiro é o de Bolsonaro e de sete aliados dele: os ex-ministros Walter Braga Netto, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Anderson Torres; o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ); o ex-comandante da Marinha Almir Garnier; e o tenentecoronel Mauro Cid.

O núcleo três, marcado para 8 e 9 de abril, envolve militares que atuaram ativamente para promover ações que incentivassem a trama golpista. Já o dois foi agendado para 29 e 30 de abril e é composto por seis pessoas: Silvinei Vasques, ex-diretor da PRF;



Secretaria de Polícia Judicial, SSP-DF e órgãos parceiros vão garantir a proteção no Supremo

Mário Fernandes, general da reserva; Filipe Garcia Martins Pereira, ex-assessor da Presidência; Marcelo Costa Câmara, coronel da reserva e ex-assessor de Bolsonaro; Marília Ferreira de Alencar, ex-diretora de Inteligência do Ministério da Justiça; e Fernando de Souza Oliveira, delegado da PF.

Ministros aptos

O STF concluiu, ontem, o julgamento dos recursos das defesas de Bolsonaro e Braga Netto deveria ser considerado suspeito para julgar a denúncia porque seria um dos alvos da trama golpista. Segundo os advogados de Bolsonaro, Dino e Zanin também deveriam ser afastados do caso, pois já moveram ações na Justiça contra o ex-presidente.

para que os ministros Cristia-

no Zanin, Flávio Dino e Alexan-

dre de Moraes fossem impedidos

de analisar a denúncia do golpe.

Por 9 a 1, o tribunal decidiu que

os magistrados estão aptos ao

9 x 1 para considerar Moraes e

Dino aptos a julgarem o caso,

e 10 x 0 para dar aval à atuação

raes, houve nove votos contra e

uma divergência, de André Men-

donça. Os três ministros questio-

nados não podem votar nos pró-

No STF, a defesa de Braga

Netto argumentou que Moraes

Para a exclusão de Dino e Mo-

O placar do julgamento no plenário virtual terminou em

julgamento.

de Zanin.

prios casos.

Denunciado por ataque a Marina

Deputadas denunciaram, ontem, o senador Plínio Valério (PS-DB-AM) ao Conselho de Ética do Senado após o parlamentar afirmar ter tido vontade de enforcar a ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva. Segundo as parlamentares, a fala do senador desqualifica o debate político, incita à violência e não pode ser relativizada.

"O teor de sua fala ultrapassa os limites da imunidade parlamentar, uma vez que não possui qualquer relação com sua atuação como representante do estado do Amazonas, mas, sim, um evidente caráter de violência de gênero",

afirma o documento assinado por 10 parlamentares.

Na última sexta-feira, durante um evento da Fecomércio no estado do Amazonas, Valério falou sobre a sessão da CPI das ONGs e questionou: "Imagina vocês o que é ficar com a Marina seis horas e dez minutos sem ter vontade de enforcá-la?".

Na denúncia enviada ao conselho, as deputadas afirmaram que a fala "não apenas minimiza e desqualifica a presença da ministra Marina Silva no cenário político, como também reforça um discurso de incitação à violência contra a mulher, um crime tipificado na

legislação brasileira e que tem sido amplamente combatido, sobretudo no contexto da política nacional".

O senador comentou sua fala na quarta-feira, dizendo que fez uma brincadeira. "Eu falei: 'Imaginem vocês o que é ficar com a Marina por seis horas e 10 minutos sem ter vontade de enforcá-la'. Todo mundo riu, eu ri (...) Foi brincadeira. Se você perguntar, 'você faria de novo?' Não. Mas se me arrependo? Não. Foi uma brincadeira. Agora, o que me encanta é o Senado ficar sensibilizado com

uma frase", afirmou Valério. O senador ainda disse que tratou Marina com "delicadeza" por ela ser "mulher, ministra, negra e frágil". "Me acusar de machismo é até engraçado, o meu perfil está lá, é só olhar: eu fiquei viúvo, uma mulher, casei de novo, duas. Tenho três filhas, uma enteada, seis netas, três irmãs', disse.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), criticou a fala do parlamentar e classificou a declaração como inadequada e agressiva.

Para as deputadas, "o uso do termo 'enforcá-la' direcionado a uma mulher em um contexto de discordância política carrega uma carga simbólica extremamente grave, pois remete à supressão da voz feminina pelo uso da força, à tentativa de desqualificar e intimidar uma liderança política pelo simples fato de ser mulher".

Janja e Gleisi

A primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, também saiu em defesa de Marina e destacou o trabalho da ministra. "Uma mulher gigante, que um homem com a ignorância do senador Plínio Valério jamais vai conseguir enxergar. Sua fala carregada de ódio, misoginia e de um desconhecimento sem tamanho é um reflexo de sua pequenez. É esse comportamento masculino que mata nossas mulheres diariamente", escreveu nas redes sociais. "Para ele, é difícil ouvir uma mulher tão inteligente falar durante seis horas; para nós é de doer ouvir seis segundos de asneiras vindo de sua boca."

Já a chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, ofereceu palavras de solidariedade à ministra. "Isso é ainda mais grave quando os ataques partem de pessoas com responsabilidade institucional, como é o caso de partem de como estado de partem de como estado de partem de como estado de

Gleisi defendeu que "além do repúdio da sociedade, é a punição desses crimes, conforme a lei, que pode estancar as manifestações de ódio e violência política que atingem as mulheres e a própria democracia".

Marina respondeu na quartafeira ao senador, durante o programa Bom Dia, Ministro, da EBC (Empresa Brasil de Comunicação). "Quem brinca com a vida dos outros, ou ameaça a vida dos outros de brincadeira e rindo? Só psicopatas são capazes disso", rebateu. (Victor Correia e Agência Estado)